



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE UNB PLANALTINA-FUP

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO-LEDOC

**A INFLUÊNCIA DO TRABALHO NA ESCOLARIDADE DA MULHER NEGRA
NO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE GOIÁS.**

EVA SANTANA ALVES BORGES

Planaltina-DF

2018

EVA SANTANA ALVES BORGES

**A INFLUÊNCIA DO TRABALHO NA ESCOLARIDADE DA MULHER NEGRA
NO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE GOIÁS.**

Monografia apresentada no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Faculdade de Planaltina da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo, habilitação: Ciências da Natureza.

Orientadora: Joelma da Silva Rodrigues

Planaltina-DF

2018

EVA SANTANA ALVES BORGES

**A INFLUÊNCIA DO TRABALHO NA ESCOLARIDADE DA MULHER NEGRA
NO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE GOIÁS.**

Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em _____ de _____ de
_____, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof^a. Dr^a. Joelma Rodrigues da Silva (UnB - FUP) - Orientadora

Prof^o. Dr^o. Renato Cabral Rezende (UnB - FUP) - Examinador

Prof^o. Dr^o. Luis Antonio Pasquetti (UnB - FUP) - Examinador

Planaltina-DF

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram parte dessa caminhada. Em especial a minha família e amigos que são os grandes companheiros dessa jornada que é a vida.

A turma Carolina Maria de Jesus que durante quatro anos compartilhamos momentos que agora é um pedacinho da história de cada um, que iremos lembrar com saudades.

A Prof^a. Dr^a. Joelma Rodrigues, pelo incentivo e principalmente pela paciência que teve ao orientar tornando possível a realização desse trabalho.

Ao corpo docente do curso Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) nos nomes dos professores(as) Maria Osanette, Jair Reck e Christiano Gati, sujeitos que, durante esses quatro anos dedicados a nós, o verdadeiro sentido de ser professores, mediadores do crescimento individual e coletivo dos estudantes. O sentimento que fica é de eternas saudades e uma imensa gratidão.

DEDICATÓRIA

Não há desejo tão grandioso nesta vida, a não ser que os seres humanos sejam todos sujeitos de direito independente de cor, raça, gênero e religião. Dedico a todos que sonham e buscam um mundo melhor.

Nenhuma pessoa branca que vive hoje é responsável pela escravidão. Mas todos os brancos vivos hoje colhem os benefícios dela, assim como todos os negros que vivem hoje têm as cicatrizes dela.

Talib Kweli

RESUMO

O presente trabalho está intitulado “A influência do trabalho na escolaridade das mulheres negras”, cujo o objetivo é analisar a vida das mulheres negras do município de Cavalcante Goiás, sendo o trabalho e a escolaridade o eixo central do diálogo. A pesquisa qualitativa é o método adotado nesse estudo que busca compreender a subjetividade dos sujeitos, portanto foi necessário fazer um levantamento bibliográfico a revisão dos autores que desenvolvem estudos acerca do tema pesquisado. Percebe-se que o trabalho precoce impossibilita as mulheres negras avançar na formação escolar, sendo assim, é visível que os resultados do contato com o trabalho imaturo causam desigualdades tanto de cunho racial como também social nas vidas das mulheres negras.

Palavras-chave: Mulheres negras, Trabalho, Escolaridade, Regime escravocrata, patriarcado.

Resumen

El presente trabajo se titula "La influencia del trabajo en la escolaridad de las mujeres negras", cuyo objetivo es analizar la vida de las mujeres negras del municipio de Cavalcante Goiás, siendo el trabajo y la escolaridad el eje central del diálogo. La investigación cualitativa es el método adoptado en ese estudio que busca comprender la subjetividad de los sujetos, por lo que fue necesario hacer un levantamiento bibliográfico la revisión de los autores que desarrollan estudios acerca del tema investigado. Se percibe que el trabajo precoz imposibilita a las mujeres negras avanzar en la formación escolar, siendo así, es visible que los resultados del contacto con el trabajo inmaduro causan desigualdades tanto de carácter racial como también social en las vidas de las mujeres negras.

Palabras-clave: Mujeres negras, trabajo, escolaridad, régimen esclavócrata, patriarcado.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: METODOLOGIA DE PESQUISA	11
1.1-Pesquisa qualitativa	11
1.2 - Revisão bibliográfica	12
1.3 - Contextos da pesquisa	13
CAPÍTULO II: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1- O legado da escravidão para as mulheres negras.....	19
2.1- As mulheres negras e o mercado de trabalho	25
2.2- A dificuldade de inserção da mulher negra no mercado de trabalho	29
CAPÍTULO III: MULHERES NEGRAS DE CAVALCANTE-GO, TRABALHO E ESCOLARIZAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES.....	35
3.1- Os desafios e consequências do trabalho precoce para as mulheres negras.....	35
3.2 - Perspectiva e desafios; políticas afirmativas, Educação do Campo.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	43

INTRODUÇÃO

Para as mulheres negras contemporâneas, o trabalho é uma herança do regime escravagista, o ato de trabalhar é, para elas, indissociável de suas vidas. Historicamente foram direcionadas para a realização dos trabalhos julgados pela sociedade como subalternos, inferiores. A influência histórica do escravismo sobre as mulheres negras na atualidade explica a segregação e as condições nas quais elas se encontram na sociedade brasileira atual.

O patriarcado racista é determinante para a manutenção da exploração das mulheres negras presente nos trabalhos/atividades subalternizados, o sistema alimenta a desigualdade racial que afeta diretamente as mulheres negras, que são marginalizadas pela sociedade brasileira.

É visível que a classe hegemônica é excludente e violenta com as mulheres negras, pois as desigualdades sociais e raciais levam ao trabalho precoce, sendo que o trabalho, em suas vidas, vem antes da formação escolar. A formação no ensino superior é colocada pela sociedade como a passagem para melhores condições de trabalho, mas, devido à realidade das mulheres negras, poucas conseguem ingressar no ensino superior, uma vez que a maioria não consegue ter acesso ao ensino básico.

Partindo dessas perspectivas, no primeiro capítulo iremos expor o tipo de pesquisa realizada no trabalho, que é de caráter bibliográfico no qual as pesquisas são realizadas através de levantamento bibliográfico em livros, sites acadêmicos e acervos acadêmicos, sendo também de caráter qualitativo. Ainda nesse capítulo temos a apresentação do local onde ocorre a pesquisa, começando por um breve relato do processo de formação do município de Cavalcante-GO.

Dedicamos o segundo capítulo ao referencial teórico, subdividindo-o em três tópicos. No primeiro tópico é intitulado “O legado da escravidão para as mulheres negras”, fizemos uma escavação histórica tendo o período escravista como objeto de análise, verificando quais trabalhos foram impostos às mulheres negras nesse período. Além de registrarmos a exploração do trabalho escravizado, registramos também os abusos sexuais que elas sofriam. No segundo subtítulo “As mulheres negras e o mercado de trabalho”, apresentamos os atuais desafios que as mesmas têm encontrado nesse ambiente, e como essas mulheres negras passaram a trabalhar como empregadas domésticas e como a condição de doméstica está intrínseca na vida delas ainda na atualidade.

No terceiro subtítulo abordamos “A dificuldade da inserção da mulher negra no mercado de trabalho ”o qual é causado pelo racismo estrutural no Brasil, compreender que a exigência – pelo mercado de trabalho- de uma formação escolar cada vez mais elevada, precariza as condições de trabalho dessas mulheres cujo nível de escolaridade está abaixo do exigido por este mercado. Consideramos que, para a população negra, o acesso à escola e a permanência nas instituições de ensino é extremamente desigual em comparação à população branca (ou não negra). Trazemos também para o debate alguns dados sobre mulheres negras no ramo empresarial e ocupando cargos de chefia.

Já no terceiro capítulo, abordamos a vivência e as ocupações das mulheres negras no município de Cavalcante-Goiás, trazendo as possibilidades, desafios e perspectivas para a formação escolar e ingresso no mercado de trabalho.

CAPÍTULO I: METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste capítulo explicitamos o tipo de pesquisa utilizada no trabalho, além de refletirmos sobre o assunto, tema desta pesquisa: “A influência do trabalho na escolaridade das mulheres negras de Cavalcante-GO”.

1.1-Pesquisa qualitativa

O método de investigação adotado nesse trabalho é de caráter qualitativo e bibliográfico, baseando-se na produção de dados textuais-opiniões e experiência.

Segundo Creswel (2010), são recursos da pesquisa qualitativa a análise da subjetividade dos sujeitos em estudo. Neste trabalho, isso será possível através do levantamento bibliográfico de algumas escritoras negras, como a Angela Davis, que dedicaram seus esforços teóricos à abordagem de temáticas que fazem parte do cotidiano das mulheres negras, no contexto do trabalho, escolaridade e gênero.

De acordo com Bogdan e Biklen, na investigação qualitativa há cinco características que se destacam:

- 1) Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal: Os investigadores inserem-se e despendem grandes quantidades de tempo em escolas, famílias, bairros e outros locais tentando elucidar questões educativas. Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão ISSN 2358-6036 – v.5, n.1, 2017, p.494-503 499
- 2) A investigação qualitativa é descritiva: Os dados recolhidos são em forma de palavras e imagens e não de números. Os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação.
- 3) Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos: Como é que as pessoas negociam significados? Como é que as pessoas começaram a utilizar certos rótulos? Como é que determinadas noções começaram a fazer parte daquilo que consideramos ser o senso comum?
- 4) Os investigadores qualitativos tendem a analisar seus dados de forma indutiva: Não recolhem dados ou provas com o objetivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente; ao invés disso, as abstrações são construídas de à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando.
- 5) O significado é de importância vital na abordagem qualitativa: Os investigadores que fazem uso deste tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas. (BOGDAN & BIKLEN, p.47, 2010)

De acordo com os autores acima, a investigação qualitativa permite a abordagem de várias características de suma importância para o entendimento dos aspectos que a pesquisa procura abranger, pois os dados são extraídos do ambiente natural, e são registrados por palavras e/ou imagens, na busca de compreender os caminhos que levam a esses resultados.

1.2 - Revisão bibliográfica

A investigação/revisão bibliográfica, é a busca de referências bibliográficas que abrangem o tema em estudo. Assim,

A Revisão Bibliográfica também é denominada de Revisão de literatura ou Referencial teórico. A Revisão Bibliográfica é parte de um projeto de pesquisa, que revela explicitamente o universo de contribuições científicas de autores sobre um tema específico. (SANTOS e CANDELORO, 2006, p.43).

Esse tipo de abordagem em pesquisas geralmente é realizado em ambientes como as bibliotecas, banco de dados em universidades, acervos virtuais. O referencial bibliográfico se faz necessário para mostrar as literaturas existentes sobre o tema em estudo, possibilitando conectar suas ideias com outras literaturas, podendo avaliar o que já existe de escrito que aborda o tema pesquisado.

O primeiro capítulo é dedicado à contextualização da pesquisa, os referenciais utilizados foram encontrados na biblioteca municipal de Cavalcante-GO, sendo que contém um jornal que relata vagamente o processo de formação do município como também o livro *Se liga no futuro* (coordenação Andréa Aurora Guedes Vecci) publicado em 2004 que traz registrados aspectos da história do município. Na busca de referencial teórico, foram utilizados sites para ter acesso às informações disponíveis no site do IBGE. A partir das pesquisas realizadas nesses espaços que são características de pesquisas bibliográficas, construímos os elementos que compõem o primeiro capítulo do trabalho.

O trabalho que utiliza a revisão bibliográfica, a revisão de literatura ou referencial teórico, reconhece claramente o universo de contribuições científicas de autores acerca do tema em estudo. Nesse sentido, o segundo capítulo do trabalho traz

referenciais teóricos de autoras que desenvolveram trabalhos sobre as mulheres negras. Nesse capítulo, trazemos as vozes das autoras (Angela Davis, *Mulher, Raça e classe* (2013), Sueli Carneiro, *Racismo Sexismo e Desigualdade no Brasil* (2011), Helena Theodoro, *Mito e Espiritualidade Mulheres Negras* (1996), Bell Hooks, *O Feminismo é para todo mundo* (2018) e Cida Bento, *Permanência e mudanças: mulheres negras no trabalho*, (2017)). Compreendendo os referenciais teóricos das autoras citadas, foram analisados os processos históricos acerca da escolaridade e trabalho das mulheres negras na sociedade.

O terceiro capítulo do trabalho, o referencial teórico, conta com as autoras citadas acima, como também artigos da página Geledés, publicações da revista Veja. Com posse das informações que essas bibliografias trazem, buscamos analisar as mulheres negras no contexto de Cavalcante. Nesse sentido, buscando trazer a questão do trabalho, a formação escolar, os desafios e perspectivas.

A revisão bibliográfica é de suma importância para aprofundar o conhecimento na área de estudo que está sendo pesquisada. De acordo com (Santos, 2015, p.1.) ‘O segredo de uma boa revisão bibliográfica é a organização e o planejamento’.

1.3 - Contextos da pesquisa

Cavalcante é um pequeno município que está localizado no Nordeste goiano, situado na Chapada dos Veadeiros, acerca de 320 quilômetros de distância da capital do país, Brasília. O município tem 9.392 habitantes de acordo com o censo do IBGE de 2017.

Segundo as histórias narradas pelos antepassados que aqui habitaram, o nome do município surgiu de um bandeirante que veio para a região. No *Caderno 2*, o jornal *O Popular*, em uma de suas matérias sobre cidades históricas registra a seguinte narrativa

Diogo Teles Cavalcante, um destemido bandeirante, é o nome mais popular da história de Cavalcante, que teria herdado seu sobrenome, mas segundo registros do **Patrimônio Histórico de Goiás** (Ministério da Cultura, SPHAN, Pró-Memória, 1987, 2ª edição), de Ana Maria Borges e Luiz Palacin, “o arraial de Cavalcante surgiu em 1740, em consequência do descobrimento de ouro por Domingos Pires”. (BERINGHS, caderno 2 o popular, 24 de janeiro de 1988)

No decorrer da história do município, a família Cavalcante é sempre citada pelos moradores, que a destaca como os desbravadores da região, razão pela qual o município foi nomeado com o sobrenome Cavalcante.

A formação do município de acordo com as histórias orais dos anciões do município, deu-se por causa da extração de ouro na região. Nos relatos, percebe-se que a povoação do território está ligada à construção da casa de ouro no município. Ainda na matéria de *O Popular*, Paulo Beringhs relata como se deu esse processo na região.

Até o início do século XVII, o nordeste goiano permanecia intocado pelos colonizadores. Porém, a ambição pelo ouro e pedras preciosas, empurrava cada vez mais bandeirantes sertão adentro. Foi assim que, em 1736, os garimpeiros da família Cavalcante, vindos do nordeste do Brasil, chegaram à serra da cavalhada, descobrindo imensa mina de ouro às margens do córrego lava pés a notícia atraiu aventureiros de todos os lugares, na época foram longos anos de prosperidade, mas com a exploração desordenada as minas da região acabaram se esgotando. Cavalcante, então, se manteve graças à agricultura e a pecuária, até descobrir uma nova fonte dourada o trigo. (BERINGHS, caderno 2 o popular, 24 de janeiro de 1988).

Assim, a formação do município está intimamente ligada à exploração do ouro que, por muito tempo, foi a atividade econômica da região e motivou a migração de diversas pessoas de diferentes regiões do país para trabalharem nas minas de ouro.

Com a decadência da exploração do ouro na região, o município passou a desenvolver outras atividades econômicas, como a pecuária e agricultura, despontando como um grande produtor de trigo. Atualmente Cavalcante é uma cidade turística, seu território ocupa grande parte na Chapada dos Veadeiros. É uma região que abriga muitas nascentes, com diversas cachoeiras.

Um aspecto fundamental na formação da história do município é a presença de dezenas de comunidades quilombolas, conhecidas como Kalunga, povos escravizados que fugiram do regime escravocrata, se instalaram em áreas de difícil acesso na chapada dos veadeiros há mais de dois séculos.

Os povos Kalunga são sujeitos que reinventaram a sua cultura e tradição, tendo influência do modo de vida dos povos originários do Brasil os indígenas dos povos africanos raptados para as terras brasileiras. Os Kalungas são descendentes diretos dos povos africanos, eles reinventaram sob forte influência da mãe África sua identidade e subjetividade, porém apesar de se distanciarem da vivência e cultura da África, é visível que os vínculos como a forma de viver estão intimamente relacionados com elementos

de matrizes africanas. Nesse sentido, as características predominantes nos quilombos são referência do continente africano. A diversidade cultural predominante no município conta com as romarias, as folias, império, caçada da rainha e a dança da sussa. São tradições que fazem parte da formação cultural dos moradores de Cavalcante, e é visível que mesmo tendo muita influência das matrizes africanas, existe uma mistura com o cristianismo sendo esta última a religião predominante no território.

Além dos povos quilombolas na história de Cavalcante, há registros dos índios Avá-Canoeiro que, segundo o livro *Se Liga no Futuro*:

Estudos afirmam que os Avá-Canoeiro são descendentes dos Carijó de São Paulo, que foram trazidos para Goiás em 1724 ou 1726. A bandeira de Bartolomeu Bueno, filho do Anhanguera, trouxe-os para auxiliar na defesa contra os índios habitantes do território e para trabalhar na mineração. Com o colapso das bandeiras, os Avá-Canoeiro teriam recuperado sua existência como grupo autônomo, mas permaneceram no território goiano. No entanto, estudos mais recentes comprovam que a língua dos Avá-Canoeiro tem ligação com dialetos da família Tupi-Guarani do norte do País o que contraria a explicação anterior quanto a sua origem. (Se liga no futuro Cavalcante-GO, 2004).

O passado dos Avá-Canoeiro na história do município de Cavalcante se dissolveu devido à ausência de registros, no qual as memórias existentes desses moradores são narrativas contadas pelos moradores mais velhos através da oralidade. A falta de registro da cultura e a dizimação dos Avá-Canoeiro deixam uma lacuna histórica acerca da diversidade cultural existente no município que se constituiu com as influências culturais desses povos. Assinalamos que as narrativas – mesmo fragmentadas - relatam a cultura material dos Avá-Canoeiro.

A educação do município foi uma iniciativa da igreja, como ressalta Brito, (2013).

De acordo com o livro de tombo da Arquidiocese de Formosa - GO, a Paróquia de Cavalcante vendo a necessidade de alfabetizar os filhos de seus paroquianos criou o grupo escolar na década de 60, dando início à Educação Cavalcantense e aos primeiros passos do Colégio Estadual Elias Jorge Cheim que fica localizado à Rua 02, Nº 142, loteamento B, zona urbana do município de Cavalcante GO. A escola foi criada em 10 de Janeiro de 1978, pela lei de criação nº 8.408. Nesta época funcionava o ensino infantil e o ensino fundamental da 1º a 8º série nos turnos matutino e vespertino. Ela tinha aproximadamente 248 alunos e 10 professores e a diretora era a professora Joana Lustosa Maia.

Nesse sentido,

No ano de 1991, com o fim da campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) em Cavalcante, o Ensino Médio que funcionava nesta instituição passou para a Escola Estadual Elias Jorge Cheim. Na época, a diretora dessa escola era Marlânia Silva, que lutou pela autorização do curso de Ensino Médio Técnico de Contabilidade. A autorização saiu junto com a mudança da escola que passou a se chamar Colégio Estadual Elias Jorge Cheim, conforme a resolução nº 122 de 21 de Julho de 1991 e portaria nº 4.478/91 de 21 de Julho de 1991. O colégio passou a funcionar nos três turnos, com cerca de 460 alunos e 13 professores, atendendo a Educação Infantil, o Ensino fundamental e o Ensino Médio. (BRITO, 2013, p.19)

Pelo fato de Cavalcante ter sua origem ligada intimamente com a exploração das minas de ouro, e sua formação não possuir outra característica a não ser a exploração, percebe-se que a construção de escolas no território surgiu pela demanda de pessoas que foram ocupando o município, e essa gente necessitava que as próximas gerações tivessem conhecimento escolar.

Há relatos de que a primeira escola foi construída na sede do município por ser o local onde estava concentrado maior número de pessoas e também como era o local que se encontrava a casa de fundição de ouro, motivo esse que justificava a existência do município. Sendo assim, os investimentos no sentido de infra-estrutura e educação chegariam primeiro à cidade, possuindo contingente maior de moradores e também onde estava o movimento econômico.

Atualmente o município possui quatro escolas públicas sendo da primeira fase até o ensino médio. O Colégio Estadual Elias Jorge Cheim é o que recebe todos os estudantes que iniciam a segunda fase do ensino fundamental, tanto da cidade como também das demais comunidades que não possuem os anos finais do ensino médio.

As comunidades rurais, historicamente são desassistidas pelos poderes públicos e a educação escolar - a falta dela nesses territórios - é o principal motivo para os moradores saírem do campo para morar na cidade, pois é a única maneira que encontram para que os filhos possam concluir o ensino médio. Anualmente muitos estudantes deixam suas comunidades para estudar em Cavalcante. Nesse sentido, cada ano que passa o campo vai se esvaziando, pois, as condições de permanência desses estudantes são negadas.

As poucas escolas nas comunidades rurais que contam com a primeira e segunda fase do fundamental e ensino médio completo enfrentam desafios diariamente. São problemas com transporte, sendo que faz parte da realidade dos estudantes camponeses

morar longe das escolas rurais; a falta de estruturas físicas, falta de docentes capacitados para atuarem nas escolas do campo, calendários escolares que sejam adequados às especificidades dos estudantes em períodos das festas culturais das comunidades e períodos de plantio, são problemáticas que afetam diretamente os estudantes que vivem no campo. A falta de escolas pensadas do e no campo é o problema para o desenvolvimento escolar das comunidades.

A renda familiar dos moradores do município possui grande diversidade em gênero, cor e raça e grau de instrução. Existem pessoas que recebem mais de cinco salários mínimos, como também pessoas que vivem com um salário mínimo ou menos que isso. Por não possuir mercado de trabalho amplo que demanda grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras, é um dos motivos que contribuem para a desigualdade de renda, pois as poucas oportunidades de empregos estabilizados e com remunerações adequadas são escassas, o único existente é aquele oferecido pela prefeitura. Sendo assim, as populações pobres e negras são marginalizadas a ocuparem as vagas nos subempregos os quais garantem a renda mínima para sobreviverem. É visível que quanto menos é a renda familiar mais membros tem essa família, sendo que os grupos familiares que dentro do custo de vida do município possuiu renda familiar elevada são compostas por poucas pessoas.

A inexistência de um mercado de trabalho que comporte os trabalhadores e trabalhadoras soma para a desigualdade de renda existente no território. Nesse sentido, há a dependência do poder público para gerar emprego que movimenta o mercado de trabalho se faz necessário para a estrutura econômica do município, que tem como base a produção familiar, agropecuária e o turismo.

De acordo com as informações do livro *Se Liga no Futuro* (2004) Cavalcante assim como toda região nordeste do Estado de Goiás já foi conhecida como corredor da miséria, fato ocasionado pela redução do ouro e outros minérios na região. A agropecuária nesse período foi atividade econômica que se manteve sendo a principal fonte de renda durante a crise de exploração de minério na região.

Houve avanços significativos na renda familiar dos moradores de Cavalcante ao longo dos períodos, mas nesse sentido, é visível que os degraus que a comunidade subiu estão relacionados aos projetos governamentais que foram instituídos a partir de 2002 com o PT no governo federal.

As famílias carentes do município também contam com projeto não governamental, que através de ações no território também somam para as melhorias de

condição de vida dos moradores. Um desses projetos é desenvolvido pelo Centro Espírita Aprendizizes do Evangelho que atua no município há mais de duas décadas, trabalhando com crianças e jovens, contribuindo para alimentação das populações carentes, como também através de cursos de capacitação das pessoas para atuarem no mercado de trabalho. Esse projeto é bastante significativo, pois ao longo dos anos influenciou positivamente na condição de vida da população carente que é beneficiada pelo projeto.

As famílias carentes na maioria são compostas por numerosos membros, e esse fator contribui para a renda familiar ser baixa, impulsionando o trabalho precoce aos membros mais jovens.

O trabalho precoce que faz parte da realidade das meninas pretas e pobres, causado pela desigualdade racial e social visivelmente existente no município, afeta diretamente o seu futuro. Elas são obrigadas a estudar no período noturno no qual o rendimento escolar é aquém em relação aos períodos matutino e vespertino. Em comparação aos estudantes que apenas estudam e não assumem responsabilidades com emprego, o índice de aprendizagem é bem maior. É visível que a carga que essas estudantes assumem de enfrentar o trabalho doméstico as afetam tanto fisicamente quanto psicologicamente, causando barreiras que impossibilitam progressos nos estudos e independência econômica.

O aumento dos membros familiares sem planejamento é outro fator que contribui para a entrada precoce das jovens mães no trabalho doméstico, pois o crescimento familiar sem planejamento demanda que mais membros estejam inseridos no mercado de trabalho para somar com a renda da família. O trabalho como doméstica nas “casas de família” é a primeira opção para as mães carentes que necessitam de emprego. O perfil dessa trabalhadora é sempre o mesmo; pouca escolaridade, não possui capacitação profissional, sem experiência na carteira de trabalho. Sendo assim, estão distantes das possibilidades de melhores empregos que lhes garantam remunerações maiores.

A desigualdade de renda no município é um problema que tem seu início relacionado com a exploração das minas de ouro e perdura até hoje, sendo problema causado pela construção social longo da história do município.

CAPÍTULO II: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1-O legado da escravidão para as mulheres negras

Quando falamos sobre a presença do trabalho na vida das mulheres negras é necessário recorrermos à história do período escravagista e pós-escravagista, que faz parte da história do povo negro no Brasil. Como afirma Angela Davis (2013):

O sistema da escravatura define os escravos como bens móveis. As mulheres eram olhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de gênero na medida das preocupações dos donos de escravos. Na opinião de um historiador “as mulheres escravas eram primeiro trabalhadoras a tempo inteiro para o seu dono e depois apenas incidentalmente uma esposa, uma mãe, uma dona de casa”. Tendo em conta que no século XIX a ideologia de feminilidade enfatizava os papéis de mães cuidadoras, companheiras dóceis e donas de casas para os seus maridos, as mulheres negras eram praticamente uma anomalia. (DAVIS, 2013, p.10).

É nesse cenário que as mulheres negras foram obrigadas a traçar suas jornadas na vida do trabalho, deixando marcas que ainda hoje reverberam na vida das mulheres negras contemporâneas.

O trabalho aparece para as mulheres negras centralizado em suas vidas, o sistema escravocrata foi responsável por fomentar esse processo de servidão permanente. O trabalho, para essas mulheres, na narrativa de Angela Davis:

Proporcionalmente mais mulheres negras sempre trabalharam fora de casa do que as suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupou na vida das mulheres negras, segue hoje um modelo estabelecido desde o início da escravatura. Como escravas, o trabalho compulsoriamente ofuscou qualquer outro aspeto da existência feminina. Parece assim, que o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras sob a escravatura começa com a apreciação do papel de trabalhadoras. (DAVIS, 2013, p. 10)

A autora nos apresenta argumentos significativos que expressam como o trabalho está arraigado na vida das mulheres negras, no qual foi determinante a escravatura para esse processo.

No período escravocrata não havia diferenciação no trabalho entre homens e mulheres escravizados, ambos desenvolviam as mesmas atividades independente do sexo. As crianças do sexo feminino quando completavam determinada idade deixavam as atividades que realizavam seja na casa grande ou na senzala para trabalhar no campo. No livro *Mulher, Raça e Classe* é narrada essa relação, assim exposta por Davis (2013):

Assim como os rapazes eram mandados para os campos quando chegava a idade de irem, assim também as meninas eram mandadas para trabalhar o solo, apanhar o algodão, cortar canas, cultivar tabaco. Como uma mulher mais velha entrevistada durante os anos 30 do século XX, descreveu a sua iniciação na infância do trabalho do campo numa plantação de algodão de Alabama: “Tínhamos uma velha cabana irregular feita de postes e com fissuras tapadas com lama e musgo e algumas delas não estavam nem sequer tapadas. Nós não tínhamos boas camas, apenas andaimes pregados à parede e a roupa velha esfarrapada jogada sobre eles. Isso com certeza tornou difícil dormirmos, mas mesmo assim sabia bem para os nossos ossos cansados depois de um longo dia de trabalho duro no campo. Eu cuidava das crianças quando eu era garotinha e tentei limpar a casa exatamente como a senhora dona (Old Miss) me dizia. Mas, logo que fiz dez anos de idade, o senhor dono (Old Master) disse: Tira daqui essa negra para o campo de algodão”. (DAVIS, 2013, P.11)

O trabalho duro nos campos era semelhante para todos que estavam submetidos à escravidão, tanto as mulheres como os homens, jovens, velhos e crianças. Nos campos deveriam desenvolver com excelência os trabalhos, elevando ao máximo a produção, sob as ameaças de severas punições.

Para as mulheres sob o escravismo, o sofrimento não vinha apenas dos trabalhos nos campos e do uso intensivo – pelos capatazes - dos chicotes, elas também eram sujeitas aos abusos sexuais por partes dos seus opressores. Nesse período, estavam sujeitas às barbáries que a vulnerabilidade da condição de serem escravizadas permitia as violações dos seus corpos. Ainda de acordo com Davis (2013):

As mulheres também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres. Os comportamentos dos donos de escravos para as mulheres escravas eram: quando era rentável explorá-las como se fossem homens, sendo observadas, com efeito, sem distinção de gênero, mas quando elas podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas em formas ajustadas apenas às mulheres, elas eram fechadas dentro do seu papel exclusivo de mulheres. (DAVIS, 2013, P.11)

Para as mulheres que viviam na condição de escravizadas, o único momento que elas eram vistas dentro das especificidades femininas era para serem castigadas e reprimidas dentro de condições que podem ser infligidas apenas às mulheres.

A abolição internacional do comércio de escravos atingiu diretamente a produtividade das colônias e para manter a mesma quantidade de força de trabalho escravo, as mulheres escravizadas - para continuarem o abastecimento da mão de obra nas colônias – foram usadas para a reprodução, sendo obrigadas a gerar o máximo de filhos que fossem biologicamente perfeitos para o trabalho. Na condição de reprodutoras, sendo mães, elas não gozavam de privilégios que a condição permitia às mulheres não escravizadas. Para os escravagistas era apenas mais um meio para manter a força de trabalho escravizado. Enfatizando essa realidade, Davis (2013) afirma que:

Quando a abolição internacional do comércio de escravos começou a afetar a expansão da inicial e crescente indústria de algodão, a classe dos donos de escravos foi forçada a confiar na reprodução natural como o método mais seguro de substituir e aumentar a população doméstica escrava. E aí o peso colocou-se na capacidade das mulheres escravas reproduzirem. Nas décadas antes da guerra civil, as mulheres negras tornaram-se crescentemente avaliadas pela sua fertilidade (ou falta dela): aquela que fosse potencialmente mãe de dez, doze, catorze ou mais tornava-se um tesouro cobiçado. No entanto, isso não significava que como mães, as mulheres negras tivessem um estatuto mais respeitável do que tinham como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – popular durante o século XIX – não se estendia às escravas. De facto, aos olhos dos donos de escravos, as mulheres escravas não eram mães em absoluto; eram simplesmente instrumentos que garantiam o crescimento da força de trabalho escravo. Eram “fazedoras de nascimentos/breeders”- animais, cujo valor monetário podia ser calculado precisamente em função da sua habilidade em multiplicar os seus números. (DAVIS, 2013, P.11)

A particularidade feminina das mulheres escravizadas para os senhores foi usada como meio de aumentar o controle sobre elas, na condição de trabalhadoras e também para aumentar a força de trabalho escravizado.

Nos campos agrícolas, as mulheres escravizadas trabalhavam junto com os homens escravizados, seguiam a mesma rotina de acordar de madrugada para ir ao trabalho, onde todos começavam a trabalhar juntos. As mulheres negras não foram consideradas “sexo frágil”. Deste modo, CARNEIRO afirma,

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres,

de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados.(CARNEIRO, 2011)

As mulheres trabalhavam nos campos de algodão, tabaco, milho e cana de açúcar, sendo que eram exigidos os mesmos rendimentos no trabalho com a mesma proporção que demandavam dos homens escravizados, e ambos realizavam as mesmas tarefas. Nesse sentido, é visível que o sentimento paternal dos homens com as mulheres não estende as mulheres negras, sendo assim não as enxergavam como sexo frágil.

A abolição do comércio internacional de escravos foi determinante para os senhores de engenhos assegurarem suas *breeders* (mulheres escravizadas reprodutoras). A experiência da maternidade para mulheres escravizadas não foi uma experiência que complementava a realização da mulher enquanto mãe, porém como mais uma face de exploração e violência.

Os filhos das mulheres escravizadas estavam no mesmo nível de qualquer animal, podendo ser vendidos para longe de suas mães como qualquer outra “coisa” que tivesse valor comercial. Acrescente-se que, no período em que essas crianças deveriam estar sob os cuidados das mães, o mesmo não ocorria, pois, elas não tinham tempo para ficar com os filhos, uma vez que logo após o parto, elas eram mandadas de volta aos campos, deixando seus filhos aos cuidados de outras crianças ou com escravizadas idosas que não mais tinham condições físicas de trabalhar nos campos. As mães que resistiam em não deixar seus bebês carregavam seus filhos nas costas enquanto realizavam as tarefas.

A maternidade para mulheres escravizadas tornava sua condição ainda mais violenta, pois as especificidades biológicas de uma mulher que passa pelo processo de ter um filho aumentavam – em muito - o sofrimento das mães escravizadas, uma vez que o distanciamento de seus bebês, pela dura e longa jornada de trabalho, as privava de cuidar dos próprios filhos, como o ato de amamentar as crianças. Descrevendo essa realidade, Davis (2013) afirma:

“Na herdade de onde estou a falar, essas mulheres que tinham crianças a amamentar sofreram muito pelas suas mamas tornarem-se cheias de leite, e as crianças deixadas em casa. Elas não conseguiam ficar de pé: vi o capataz bater-lhes com couro cru, tanto que o sangue e o leite saíram misturados das suas mamas”. (DAVIS, 2013, p.13).

As mulheres escravizadas, quando grávidas, não gozavam de privilégios que a condição permitia para as mulheres brancas do período. Pois, logo após o parto, elas eram obrigadas a ir para os campos realizar o trabalho normalmente, expostas às violências do capataz caso cometessem alguma imprudência que afetasse a produção, ou por puro sadismo dos capatazes. Davis (2013) apresenta alguns exemplos dos castigos impostos às escravas grávidas:

“(...)uma mulher que pratica um delito no campo (...), é obrigada a deitar-se num buraco feito para receber a sua corpulência, e é castigada com o chicote ou batida com um remo, com buracos; a cada ataque aparece uma bolha. Uma das minhas irmãs foi severamente punida desta forma, iniciou o trabalho de parto, e a criança nasceu no campo. Este capataz, Mr. Brooks, matou desta forma uma rapariga chamada Mary. O seu pai e a sua mãe estavam no campo nesse momento.” (DAVIS, 2013, p.13).

Falar da história das mulheres negras é recordar as marcas de violência que caracterizam o que foi o período escravagista para elas, período esse marcado por inúmeras violências que atingiram tanto o físico quanto o psicológico. A vida das mulheres negras envolve inúmeros enfrentamentos como as responsabilidades diárias de organizar e administrar as obrigações a elas atribuídas.

A história do povo negro pode ser revista por vários aspectos, sendo um deles, a história das mulheres negras, que em todo momento foram figuras determinantes nas lutas e trajetórias que determinaram a sobrevivência do povo negro sob o regime escravagista e no pós-abolição.

A condição da mulher negra era determinada pelos senhores que as tratavam como coisas, a coisificação das mulheres negras é mais um aspecto do mecanismo de destruição da humanidade do povo negro, onde os brancos buscaram de todas as maneiras eliminarem as semelhanças dos escravizados com os homens brancos, pois o que permitia a escravização era a condição de serem inferiores aos humanos brancos.

No regime escravagista as mulheres negras, na condição de escravizadas, foram as responsáveis pela manutenção dos privilégios das mulheres brancas. Percebidas

como inferiores, na condição de coisa para os senhores de engenhos, eram impostos sobre elas os cuidados com as famílias da casa grande. Tanto que, para THEODORO,

Como escrava, a mulher negra foi o grande esteio da mulher branca, pois, além de levar os recados amorosos da senhora, criouem suas casas condições de vida amena, fácil e até mesmo ociosa. Cozinhas, lavava, passava a ferro, esfregava, de joelhos, o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora branca e satisfazia as exigências do senhor. Tinha seus próprios filhos, na maior parte das vezes, resultados de contatos com os senhores. Contribui eficazmente para o desenvolvimento harmônico das famílias brancas e para a economia do país, pois, também, trabalhava na lavoura, sem esperar ou julgar-se credora de qualquer compensação. (THEODORO, 1996, p.33).

As mulheres negras, no passado, foram mantenedoras do bem viver das mulheres brancas, o que possibilitou e possibilita ainda hoje, mordomias para muitas famílias, proporcionou a emancipação das mulheres brancas dos afazeres domésticos, permitindo-as avançar para conquistar outras profissões, o que reforça os estereótipos que aprisionam as mulheres negras nos espaços e ocupações subalternizadas. Sendo assim oportunizando a emancipação econômica e cultural parcial da mulher branca. Desse modo,

As mulheres negras assistiram, em diferentes momentos de sua militância, a temática específica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero. Essa temática da mulher negra invariavelmente era tratada como subitem da questão geral da mulher, mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina. Ou seja, o movimento feminista brasileiro se recusa a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres. Isso se torna mais dramático no mercado de trabalho, no qual mulheres negras são preteridas (no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos) em função do eufemismo da “boa aparência”, cujo significado prático é: preferem-se as brancas, melhor ainda se forem louras. (CARNEIRO, 2011, p.121)

As mulheres negras, no decorrer do processo histórico, foram e ainda são protagonistas de grandes lutas contra as desigualdades raciais e sociais, para as quais a escravidão contribuiu significativamente e que foram mantidos pela sociedade patriarcal, onde a supremacia branca predomina. As mulheres negras, após a abolição, foram as responsáveis pela manutenção de seus lares/famílias, pois os homens negros foram sistematicamente excluídos do mercado de trabalho. Por causa da segregação

racial, elas foram – no período pós - abolição - as principais provedoras dos seus lares e de suas comunidades. Em concordância com THEODORO,

A mulher negra foi, na escravidão e nos primeiros tempos de *liberdade*, a viga mestre da família e da comunidade negras. Neste período inicial de liberdade, as mulheres foram forçadas a arcar com o sustento moral e com a subsistência dos demais. Sem condições de conseguir trabalho conforme os meios acenados durante a campanha abolicionista, o homem negro ficou sem ter como prover o seu sustento ou o da família. Neste momento, a mulher negra foi a grande batalhadora. Trocou a senzala pelos cortiços das cidades e assumiu, praticamente, as obrigações que possuía na fazenda, dividindo-se entre o quarto que compartilhava em promiscuidade com os seus e as cozinhas das famílias abastadas. (THEODORO, 1996, p. 34)

Os primeiros períodos de liberdade para o povo negro surgiram carregados de desigualdade racial e social. Para as mulheres negras, a condição estava similar ao regime escravocrata, pois elas viviam as semelhanças da escravatura mascarada pela falsa liberdade.

O legado do regime escravagista na vida das mulheres negras pode ser verificado nas permanências históricas que refletem diretamente na vida das mulheres negras contemporâneas tais como, os processos de violências, segregações e estereótipos das mulheres negras cometidos no período escravagista e pós-escravidão são resultado das atrocidades cometidas pelos senhores e sinhás que viviam sobre as bases do patriarcado branco. A condição das mulheres negras nos dias atuais resulta da desumanização da população negra quando foram raptados das suas terras para serem explorados pelos homens e mulheres brancos/as colonizadores/as.

2.1-As mulheres negras e o mercado de trabalho

O trabalho no período escravocrata era imposto muito cedo para as pessoas negras, que ainda crianças tinham que trabalhar nos campos ou nas casas grandes.

Conhecendo o que foi o período escravagista, percebe-se que desde muito jovens as mulheres negras estavam a realizar alguma forma de trabalho, na época, elas desenvolviam os mesmos trabalhos que os homens negros escravizados. Nesse período, não havia distinção de gênero para os senhores de escravos. A esse respeito DAVIS

(2013, p. 13) afirma que, “(...) o sino tocava às quatro horas da manhã e eles tinham meia hora para se prepararem. Homens e mulheres começavam juntos, e as mulheres deviam trabalhar tanto como os homens e fazer as mesmas tarefas que os homens”. A apropriação social das pessoas negras pelos escravocratas era a afirmação de poder e superioridade que os opressores impunham aos grupos dominados.

A desigualdade racial contemporânea tem relação com o passado escravagista. A história do povo negro no Brasil começa por esse período violento que foi o regime escravagista quando a população negra vivia a mercê das violências cometidas pelos grupos dominantes que gozavam das benesses de sua auto declarada superioridade. Os complexos de superioridade dos grupos dominantes causaram e causam feridas ainda hoje, vide as desigualdades sociais e econômicas que afetam diretamente a população negra, impossibilitando-a de ter acesso a direitos básicos, previstos para todo e qualquer cidadão.

Fazendo um recorte para o tema desigualdade racial no mercado de trabalho na perspectivadas mulheres negras, percebe-se que elas estão aquém de todos os outros grupos historicamente excluídos e oprimidos. A herança histórica da construção da coisificação da mulher negra está presente no imaginário social hegemônico, portanto, é comum que elas ocupem cargos inferiores aos demais membros da sociedade seja na esfera política, econômica, social e cultural.

As mulheres negras e a relação com o mercado de trabalho são desafios que surgiram há muito tempo e que reverberam em pleno século XXI. A necessidade de manter os seus familiares leva as mulheres negras a retornar para as casas grandes. Elas viveram o momento de transição do senhorio para a era da patroa, aquela que se apropriaria das negras como força de trabalho doméstico essencial para o bem viver das famílias brancas afortunadas. A partir desse cenário se construiu o histórico da mulher preta doméstica subserviente da sociedade contemporânea. Deste modo, CARNEIRO afirma,

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão

sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (CARNEIRO, 2011).

As mulheres negras em relação aos cargos de executivos ainda permanecem sub-representadas, também possuem menor taxa de empregabilidade nessas áreas. Porém, esse cenário muda drasticamente quando a questão é o trabalho doméstico. Das trabalhadoras que realizam os trabalhos domésticos 63 % delas são mulheres negras segundo a pesquisa realizada pelo Pnad/2012. Historicamente as trabalhadoras domésticas encontram-se entre os grupos de maior precarização e vulnerabilidade frente a outros grupos. Esses fatores só fortalecem a desigualdade racial estrutural de um país que foi erigido sob o sistema escravista e foi o último a abolir a escravidão, e quando libertos, a elite branca providenciou vários mecanismos que impossibilitassem a inserção dos negros na sociedade.

O grande desafio para as mulheres negras ter a acesso ao mercado de trabalho é determinado pelo racismo que se faz presente cada vez mais nos processos de seleção das trabalhadoras. O desemprego e os trabalhos precarizados são destinados às pessoas negras e, quando se trata das mulheres negras, a realidade se torna mais abismal.

Segundo o Laboratório de Análises Estatísticas Econômicas e Sociais das Relações Raciais da UFRJ, que vem acompanhando a situação de gênero e raça no mercado de trabalho, ao longo dos últimos anos os que mais sofrem e os maiores impactados em períodos de crise são justamente os setores mais oprimidos, com destaque para as mulheres negras, com menos oportunidades de emprego nos setores produtivos da sociedade. (BENTO, 2017, p.3).

É visível que o grupo mais vulnerável diante da estrutura da desigualdade social no país é o das mulheres negras, que estão à margem da sociedade e são penalizadas diariamente com as desigualdades sociais e raciais, como também enfrentam inúmeras barreiras para desenvolver trabalhos em outros setores produtivos da sociedade.

A inserção da população negra no mercado de trabalho é uma luta que vem sendo construída ao longo do tempo, com mudanças significativas para romper os paradigmas construídos pelos grupos hegemônicos. A autora Bento traz em seus relatos marcos na luta por direito da população negra, nos quais aponta:

Nos anos 1980 e 1990, importantes textos sobre a mulher negra no mercado de trabalho foram publicados, como *Mulher Negra* (1985), de Sueli Carneiro e Tereza Santos; *O lugar do negro na força de*

trabalho (1981), de Tereza Cristina Araújo, Lucia Helena Oliveira e Rosa Maria Porcaro; *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo* (1991), escrito por Luiza Bairos e por mim; e *Instrução, rendimento, discriminação racial e de gênero* (1987), de Fúlvia Rosenberg, dentre tantas outras companheiras. Ainda nesta época, início dos anos 90, outro marco importante deve ser mencionado: a denúncia elaborada pelo Ceert, com apoio de outras organizações do movimento negro e sindical, feita à OIT, em Genebra, sobre o descumprimento, pelo Brasil, da Convenção 111, que versa sobre discriminação no emprego e ocupação, assinada pelo país em 1968 e, depois, “devidamente” engavetada.

Esta denúncia deflagrou uma série de iniciativas que envolveram o Estado brasileiro, por meio do Ministério do Trabalho, com a criação do Grupo de Trabalho sobre Discriminação no Emprego e Ocupação (GTDEO), em 1996. Envolveu, ainda, o movimento sindical, destacando-se a elaboração de Cláusula de Promoção da Igualdade Racial, nos acordos coletivos de trabalho, além da realização de Conferências Internacionais com centrais sindicais dos EUA, África do Sul e Brasil e a criação do Instituto Interamericano Sindical pela Igualdade Racial (Inspir), que encomendou o *Mapa do negro no mercado de trabalho brasileiro* à Fundação Seade e ao Dieese, documento amplamente disseminado, na ocasião.

Também ocorreram, neste período, as primeiras iniciativas de debate com empresas sobre experiências de promoção da igualdade racial em seus quadros de pessoal. O *Congresso Nacional de Recursos Humanos*, em São Paulo, em 1998, envolvendo 3 mil diretores e gerentes de empresas de todo o País, trouxe o tema da diversidade e o Instituto Ethos, em 1999 e em 2000, debateu o tema na *Conferência de Responsabilidade Social Empresarial nas Américas*.

Ainda neste período, por iniciativa de membros do movimento negro, foi realizado o contato com empresas norte-americanas que implementavam políticas de ação afirmativa, ou as chamadas políticas de diversidade, em suas matrizes, mas discriminavam negros nas filiais brasileiras.

Assim é que, entre final da década de 80 e meados de 2000, muitas ações ocorreram, pressionando o Estado e os órgãos ligados ao movimento sindical e as grandes corporações. A despeito deste grande esforço, os desafios ainda estão, entretanto, longe de serem vencidos. (BENTO, 2017, p.2).

Os caminhos construídos na luta pelo direito à igualdade racial foram de suma importância para os pequenos avanços que a população negra conquistou nos últimos tempos. Esses desafios na busca pela equidade racial estão longe de serem superados, pois, a escravidão negra no país ainda se faz presente no imaginário das classes hegemônicas, que têm sua estrutura alicerçada no preconceito, no racismo, na supremacia branca e no patriarcado, elementos fomentadores da desigualdade racial e social que se faz presente na realidade dos afro-brasileiros. O papel dos movimentos negros para as mudanças ocorridas ao longo da história foi – e ainda é – de suma importância para demandarem as reais necessidades e urgências do povo negro.

A posição em que a população negra se encontra na esfera política, econômica, social e cultural está longe do ideal, pois a maioria dessa população ainda se encontra às margens da sociedade. Mas a história vai tomando novos rumos, com a constante luta do povo negro pela igualdade racial, sendo necessárias batalhas diárias contra o preconceito, racismo e todas as formas de exclusão que assolam o povo negro.

2.2- A dificuldade de inserção da mulher negra no mercado de trabalho

O debate da representatividade das mulheres negras no mercado de trabalho surgiu como alternativa de resistência contra as desigualdades. Essa lacuna alimenta a desigualdade racial no mercado de trabalho, consequentemente causa exclusão das mulheres negras. Nessa perspectiva, CARNEIRO aponta que,

O direito ao trabalho é condição fundamental para a reprodução das demais dimensões da vida social. Por isso é preciso instituir no âmbito do trabalho o mesmo reconhecimento social e político que as desigualdades raciais adquiriram no campo educacional, fato que desencadeou o processo de implementação de cotas raciais para afrodescendentes nas universidades. Tal reconhecimento deve traduzir-se em intervenção política para assegurar o princípio de igualdade entre desiguais e a realização da equidade no acesso ao trabalho. (CARNEIRO, 2011, p.115).

Quando a liberdade chegou o povo escravizado não teve políticas públicas necessárias que garantissem os direitos básicos de sobrevivência, e apesar da abolição, não houve nem uma reparação histórica pelos anos de servidão e mutilação.

O primeiro mecanismo que impossibilitou que a população negra tivesse acesso aos direitos básicos foi à existência da Lei das Terras (1850), segundo a qual só poderia possuir terras quem tivesse meios de pagar por elas. A privatização das terras surgiu como mais uma forma de exclusão dos negros em acesso ao bem essencial de manutenção da vida, pois a terra era o caminho de conseguir o básico para sobrevivência. Em consequência disso, o povo negro passou a ocupar os territórios mais distantes, isolados e de difícil acesso, se assim quisessem garantir sua existência.

O racismo é um dos mecanismos enfrentados pelas mulheres negras para inserção no mercado de trabalho. A sua posição no mercado de trabalho foi determinada pela sua cor, um legado do período escravagista que determina para as mulheres negras

trabalhos subalternos em condições subumanas. Esses processos são associados ao racismo, sexismo e classismo, que impedem as mulheres negras de viverem como iguais em todo o contexto da sociedade. O professor Kabengele Munanga assevera que,

O racismo tem razões lógicas e ideológicas na sua abordagem baseadas na raça, e com base nas relações entre 'raça' e 'racismo', este seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas que se situam numa escala de valores desiguais. (MUNANGA, 2000, p.24 apud GARCIA, 2012, P.138).

O racismo pode ser definido como o estabelecimento de uma raça superior e de outra/as inferior/es. O autor acima aponta como essa ideia foi fundamentada em razões lógicas e ideológicas, e como essa lógica causou a desigualdade racial entre a humanidade.

O Brasil está em segundo lugar entre os países da América Latina com menos mulheres em cargo de liderança, segundo a pesquisa da empresa Hayes Executive realizada no ano de 2018. A desigualdade salarial entre gêneros é a dura realidade do reflexo do sistema patriarcal na sociedade, fator crucial para a compreensão da ausência de mulheres no comando. A pesquisa realizada na empresa Hayes Executive obteve resultados que indicam que as mulheres demoram dez anos a mais para subirem na carreira que os homens, sendo que eles chegam à posição de chefia entorno dos 41 e 50, enquanto as mulheres chegam entre os 51 e 60 anos. Os dados demonstram como está organizada a estrutura do mercado de trabalho em relação a gênero, viabilizando a desigualdade entre homens e mulheres na esfera do trabalho. Em contexto geral, as mulheres não são um número expressivo no mercado de trabalho em cargos de liderança; porém, quando esse quadro é recortado para mulheres negras, a realidade se torna mais segregadora.

Segundo os estudos realizados pelo Ministério do Trabalho e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2011 sobre o perfil de profissional exigido pelo mercado de trabalho para ocupar as novas vagas de empregos, são exigidos no mínimo onze anos de estudos. O grau de escolaridade é elevado para os padrões nacionais, sendo que o acesso à escolaridade para os brancos na média é de 6,6, e para os negros, 4,4 anos de estudos. Os números expressam a desigualdade racial que

a população negra é sujeita ao acesso à escolaridade. Com a demanda do mercado exigindo elevado nível de escolaridade, criam-se mecanismos de exclusão do povo negro no mercado de trabalho, pois o Estado alimenta a desigualdade racial deixando de elaborar e efetivar políticas públicas que de em condições para a população negra acessar e permanecer no ambiente escolar. Em seguida, pelo fato do alto índice de desemprego e dos níveis elevados de escolaridade exigidos mesmo para funções consideradas médias, afastam cada vez mais o povo negro do mercado de trabalho, tendo em vista que eles são um dos grupos prejudicados com a desigualdade no sistema educacional.

Quando o assunto é trabalho, é indiscutível que as mulheres negras historicamente tiveram contato com o trabalho muito cedo, na maioria dos casos ainda quando crianças. E elas desde muito jovens já desenvolviam trabalhos em profissões em que as exigências de qualificação são mínimas, sendo empregos que demandam trabalho braçal. E esse cenário atravessa gerações, pois na maioria das vezes as filhas seguem os mesmos caminhos das mães, ocupando os mesmos cargos e trabalhos que demandam baixo nível escolar. A realidade não muda o acesso à igualdade racial. No mercado de trabalho, traz o legado da escravidão que é um fator determinante para o acesso das mulheres negras a outras profissões.

O presidente do Instituto Locomotiva, Renato Meirelles, afirma em um estudo realizado pelo mesmo que:

O salário de uma mulher negra no Brasil é, em média, 26,5% menor que o de uma mulher branca. E tem uma redução de 56,4% frente à remuneração de um homem branco. “Homens brancos com curso superior ganham, em média, R\$ 6.590. O salário médio das mulheres brancas é de R\$ 3.915. Já as mulheres negras têm a menor renda entre as trabalhadoras com ensino superior. A renda média delas é de R\$ 2.870, enquanto os homens negros com curso superior ganham R\$ 4.730”.

Disponível em:

(<https://www.otempo.com.br/economia/ra%C3%A7a-influencia-remunera%C3%A7%C3%A3o-1.1577975>>.acesso em:03 abril 2019.)

Os dados acima mostram, com eloquência, a influência da raça na remuneração das mulheres negras que, mesmo tendo qualificação superior como os outros grupos, são as que possuem a menor renda dentro do quadro de trabalhadores com ensino

superior, o que leva essa diferença abismal entre os salários das mulheres negras em comparação com os demais grupos de trabalhadores com formação superior. É visível que prevalece a desigualdade de gênero e racial, que é determinante na renda salarial das mulheres negras.

O desafio para as mulheres negras em encarar a desigualdade racial no ambiente corporativo brasileiro continua imensa, mesmo com algumas empresas aparentemente mostrando esforços para romper essas características de “empresas apenas brancas”. De acordo com os dados da pesquisa Ethos realizado em 2016, pessoas negras ocupam 6,3% dos cargos de gerente e 4,7% do quadro de executivos. Fragmentando a situação para as mulheres negras, o abismo da desigualdade racial e de gênero é ainda mais profundo, elas ocupam 1,6% em cargos de gerência e só 0,4% no cargo de executivos de acordo com as empresas analisadas pelo estudo.

No âmbito empresarial, há grandes dificuldades no combate ao racismo como em toda sociedade em geral. É visível que os programas de equidade de gênero são bem-sucedidos para a inclusão das mulheres brancas que estão relativamente em patamares mais avançados de inserção nas empresas, mas esses programas não se estendem para mulheres negras. Esse é o grande desafio, pois as mulheres negras são olhadas pelas empresas para ocupar as vagas de início de carreira ou que demandam baixa exigência profissional. O maior problema para inserção das mulheres negras no mercado de trabalho é causado pelo racismo estrutural e estruturante existente que é resultado da construção da inferioridade do povo negro.

Para as mulheres, o mercado de trabalho é um ambiente machista, elitizado e branco. Ser mulher para trabalhar em determinadas áreas já é segregador, porém para as mulheres negras esse espaço se torna mais violento e excludente. Isso se deve ao fato de que a cultura herdada do escravismo, onde as mulheres negras eram trabalhadoras absolutamente subalternas, ainda é determinante nos dias de hoje. A exclusão das mulheres negras pelo mercado de trabalho está tão arraigada, que as pessoas passam a olhar com naturalidade essa exclusão social, econômica e racial.

A “boa aparência” exigida para a população negra, em especial para as mulheres negras, que são sujeitadas a passar por critérios racistas no momento que buscam inserção no mercado de trabalho formal é apenas mais uma face da violência presente em uma sociedade de supremacia branca. A existência do modelo de imagem atribuída para inserção do trabalho das mulheres negras é um dos fatores que impossibilitam sua entrada em determinados cargos.

Quando o trabalho significa liberdade para as mulheres do domínio masculino, no passado várias feministas brancas acreditavam que as mulheres que estavam inseridas no mercado de trabalho possuíam a liberdade. Nesse sentido, Bell hooks (2018, pág.81) afirma que, “Mais importante, aprendi com minha própria experiência que trabalhar por salários baixos não libertava mulheres pobres da classe trabalhadora da dominação masculina”.

O trabalho precarizado com baixa remuneração não liberta as mulheres do domínio masculino, sendo que elas estão sujeitas a baixo salário. Nessa situação, a dependência financeira as deixa refém dos relacionamentos, por não possuir auto-suficiência econômica. A ideia de que as mulheres já ocupavam o mercado de trabalho gozavam da liberdade, não se sustentou por elas estarem ocupando os trabalhos subalternos e ainda assim tendo remuneração menor que dos homens. Nesse sentido, o trabalho que era visto pelas feministas brancas como liberdade passou a ser questionado, pois as mulheres já eram um número expressivo no mercado de trabalho em que viviam sob o patriarcado. Nesse sentido, Bell Hooks afirma que:

Hoje sabemos que o trabalho não liberta a mulher da dominação masculina. De fato, há várias mulheres profissionais que recebem altos salários, várias mulheres ricas e ainda tem relacionamentos com homens cuja norma é a dominação masculina. Sabemos, sem dúvida, que se uma mulher é economicamente autossuficiente, ela é mais propensa a terminar um relacionamento cuja norma seja a dominação masculina, quando escolhe libertação. Ela sai do relacionamento porque pode. Várias mulheres aderem ao pensamento feminista, escolhem a libertação, mas são economicamente presas a homens patriarcais, de maneira que sair do relacionamento se torna difícil, senão impossível. Hoje, a maioria das mulheres sabe o que alguns de nós sabíamos quando o movimento começou, que o trabalho não iria necessariamente nos libertar, mas que esse fato não muda a realidade de que a autossuficiência econômica é necessária para a libertação das mulheres. Quando falamos em autossuficiência como libertadora em vez de trabalho, precisamos dar o próximo passo e falar sobre qual tipo de trabalho é libertador. Claramente, empregos com melhor remuneração e horários flexíveis tendem a oferecer mais liberdade á trabalhadora. (HOOKS,2018, p.82 e 83).

O trabalho não as garantiu a liberdade econômica que é o passaporte para as mulheres se livrarem das amarras masculinas nos relacionamentos domésticos. Pensar o trabalho como possibilidade de liberdade das mulheres nos faz analisar por que as mulheres negras não se libertaram quando inseridas no mercado de trabalho, sendo elas no período pós-escravidão as primeiras a serem sujeitadas a trabalhar fora de casa para a

manutenção das famílias. O trabalho subalternizado não possibilita liberdade econômica para as mulheres pobres e negras, pois, a desigualdade salarial, a desvalorização do trabalho realizado por elas, condicionadas aos trabalhos domésticos são fatores que contribuem para a permanência do domínio masculino.

Pensar a auto-suficiência econômica das mulheres negras é superar o sistema patriarcal que é alimentado pela desigualdade social, racial e de gênero, sendo que só será viável a partir da inserção no mercado de trabalho, tendo garantia de condições melhores de trabalho, remuneração melhor e flexibilidade no horário, sendo condições necessárias para novos caminhos nos quais as mulheres pobres e negras possam conquistar liberdade, que é fundamental para a sua auto-suficiência econômica.

As dificuldades da inserção das mulheres negras no mercado de trabalho fazem parte do cenário contemporâneo, porém esse quadro está sofrendo mudanças positivas no decorrer do tempo. Nesse sentido, as mulheres negras encontram-seno centro do debate pautando as demandas que as afligem, que se solidificaram com os processos de desigualdades raciais construídos ao longo da história da população negra do solo brasileiro. Os desafios estão impostos, discutir o racismo estrutural, as desigualdades sociais e raciais, admitir que o país no decorrer da histórica foi omissos com a população negra que aqui habita, que a desigualdade que hoje assola a maioria dos brasileiros é causada pela negação de igualdade racial no passado, é extremamente importante a existência da igualdade racial para novos caminhos na história do País.

CAPÍTULO III: MULHERES NEGRAS DE CAVALCANTE-GO, TRABALHO E ESCOLARIZAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES.

3.1-Os desafios e conseqüências do trabalho precoce para as mulheres negras

Entre as mulheres negras e pobres, o trabalho se apresenta precocemente em suas vidas. Desde muito cedo lidavam com o peso do trabalho árduo, que fez e faz parte da realidade da maioria das mulheres negras. No passado, a escravidão as desumanizou e condicionou-as a servir os senhores e senhoras da casa grande, a escravidão deixou feridas e traumas irreparáveis na história dessas mulheres, e até hoje seus reflexos são visíveis na vida econômica, social e cultural dessas mulheres e de suas famílias e comunidades. A falta de perspectiva de vida melhor após a abolição da escravidão, que não permitiu que a população negra tivesse acesso a direitos básicos de sobrevivência, foi determinante para o acúmulo de desigualdade social, que é categórica para compreender atualmente onde se encontra o povo negro no contexto de trabalho e formação escolar.

Fizemos um recorte para a vida das mulheres negras do município de Cavalcante para refletir sobre como era a vida das mulheres negras no território, sendo que maior parte delas viviam na zona rural, onde os caminhos das mulheres que se encontravam nessas condições já eram bastante limitados, pois a vida no campo não lhes guardava perspectiva de novos horizontes. A necessidade da existência de escolas nas comunidades que atendessem a população permitiu o acesso de muitas mulheres à educação. Porém, quando elas concluíam as séries iniciais existentes nas comunidades, a maioria parava de estudar, e os caminhos que elas seguiam era a vida de mulher casada, sendo uma realidade que surgia muito precoce em suas vidas. O casamento naquela época simbolizava mudança econômica, isto é, as jovens e às vezes adolescentes ao se casarem conseguiam uma vida melhor para si e para a família pois diminuía o número de dependentes do mantedor da casa. A vida de casa era o único caminho para essas meninas, pois na comunidade não havia destino melhor.

Para as mulheres que almejavam seguir outros caminhos a batalha era árdua, pois precisavam enfrentar a intolerância dos pais para seguir estudando. E a maneira encontrada para elas era a mudança da zona rural para a cidade. Para as mulheres que se atreviam a mudar-se para a cidade, caíam sobre ela os trabalhos mais árduos e as desumanizações dessa atividade. Quanto à migração de muitas meninas para a cidade, CARNEIRO afirma:

O trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo. Em muitos lugares, as formas de recrutamento são predominantemente neoescravagistas, em que meninas são trazidas do meio rural, sob encomenda, e submetidas a condições sub-humanas no espaço doméstico.(CARNEIRO, 2011, p.129 apud ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. “Pró III Conferencia Mundial da UNO contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de intolerância”. Disponível em: <http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=314>.acesso em:03 fev.2011.)

A maioria dessas meninas/mulheres que vinham da zona rural para a cidade, faziam-no sob a promessa de trabalhar e estudar. Naturalmente eram designadas para as casas de famílias abastadas, nas quais elas trabalhavam nos afazeres domésticos. Os estudos ficavam em segundo plano após os afazeres da casa, poucas realizavam o objetivo de concluir os estudos, pois dedicavam muito tempo ao bem-estar das famílias que consumiam todas as energias que deveriam ser direcionadas aos estudos.

E as que cansavam dessa vida difícil nas casas das famílias saíam e ainda saem sem direito algum ao tempo dedicado de trabalho para essas pessoas. Havia as que desejavam ficar na cidade e buscavam outros caminhos, que levariam ao trabalho doméstico. Como não havia progredido nos estudos, precisavam de meios para se sustentar, e o que elas tinham a ofertar era força de trabalho, que seria bem explorada pelas famílias que na época tinham condições financeiras de possuir empregados.

E essas jovens mulheres que ousavam a viver na cidade trabalhando nas casas de família, eram vítimas dos assédios cometidos pelos patrões e seus filhos. Pois, assim como na escravidão, os abusos sexuais cometidos a essas mulheres eram comuns, os abusos sexuais nesse período eram naturalizados pela sociedade de Cavalcante.

No período da escravidão as mulheres negras eram vistas como coisa. A sua coisificação no modelo patriarcal que, de acordo com a história, data de séculos do

domínio masculino branco, onde o homem branco possuía plenos poderes sobre as mulheres. E para as mulheres negras a condição de mulher era determinante para os assaltos sexuais:

A utilização da mulher negra como objeto sexual também não pode ser entendida como resultado da condição da escravidão, já que tal fato implicaria também o uso do escravo como alvo das investidas sexuais dos senhores. Tal fato irá ocorrer com a escrava como decorrência da sociedade patriarcal que legitima a dominação do homem sobre a mulher, sendo que a sexualidade da escrava vai ser vista pelo senhor como fora do círculo familiar, sem limites, normas morais ou religiosas, já que a mulher negra é coisa, um objeto sexual. Para justificar tais atos, criam o culto à sensualidade da mulata, tirando a responsabilidade da sociedade patriarcal pelo abuso sexual da escrava e colocando tal fato em atributos físicos que tornam incontrolável o desejo do senhor branco. (THEODORO, 1996, p.35)

A condição de ser mulher para as mulheres negras foi a sina para sofrer as piores violações sexuais, impostas pelos senhores brancos, que exploravam essa condição para exercer o seu poder sobre elas. É de suma importância compreender esse processo de domínio do homem branco sobre os corpos das mulheres negras, que não era motivado somente pela condição da escravidão, mas sim de um sistema patriarcal no qual o homem é o centro e o domínio do sexo feminino, demonstra poder absoluto no sistema patriarcal.

As maiores dificuldades para as mulheres negras de Cavalcante é justamente a inserção no mercado de trabalho, sendo que no município existem poucas oportunidades, o que contribui para elas ocuparem os cargos menos remunerados e assumir as chances que aparecem nos trabalhos mais precários. Sendo que as mulheres, em geral, são de suma importância para a situação financeira familiar no município.

A cultura do trabalho doméstico mal remunerado e sem direito trabalhista está presente na realidade de Cavalcante, é nesse cenário que as perspectivas de empregos são baixas, e o trabalho doméstico é um dos caminhos que aparecem para as mulheres negras que, conseqüentemente, assumem esses cargos por falta de alternativas.

No passado, o trabalho foi a grande marca para o povo negro que vivia sob o regime escravagista, trabalhando muito e por muito tempo para colonizadores, que usufruíram do trabalho escravo de todas as maneiras possíveis, para o aumento da sua produção nos campos, nas minas e nas cidades. Historicamente, esse foi o contexto no qual o povo negro foi inserido na sociedade brasileira, que por muitos anos explorou sua

força de trabalho ao máximo possível. Quando não era mais viável manter o regime escravagista, a libertação veio para o povo negro carregada de mecanismos que ao fastassem do convívio social. A criminalização e segregação do povo negro estão ligadas aos processos de colonização escravagista que construiu uma lacuna na sociedade brasileira e obrigou a população negra a viver na pobreza e exclusão social.

As desigualdades de gênero, raça e classe que assolam as mulheres negras são causadas por fatores históricos sobre bases do patriarcado da supremacia branca, no qual o homem - o homem branco, em particular - tem plenos poderes e privilégios sobre o sexo feminino. Portanto, dentro desse sistema as mulheres negras são duplamente atacadas na condição de mulher e negra. Sendo que elas são as bases da pirâmide, no qual o homem branco está no topo, as mulheres brancas em relação à raça estão na frente dos homens negros, e os homens negros em relação a gênero estão acima das mulheres negras. No contexto em que a sociedade foi pensada e construída, as mulheres negras são invisíveis dentro da sociedade, sendo que para elas não são atribuídos o direito de fala e nem espaços nas esferas de poder e tomadas de decisões no país.

No passado, as mulheres negras eram o esteio das mulheres brancas. No momento atual, esse quadro não sofreu grandes modificações, pois as mulheres negras ainda se encontram, majoritariamente, sendo o esteio da população branca, quando a maioria delas é direcionada aos trabalhos subalternos e de menos prestígios.

As mulheres negras de ontem, foram necessárias para manutenção das famílias, que historicamente são figuras que assumiram as longas jornadas de trabalhos, que construiu o chamado “matriarcado da miséria” (THEODORO 1996). O trabalho diário, que demandam delas triplas jornadas, aniquilaram as possibilidades de um bem viver para as mesmas. Por assumirem trabalhos subalternos e resistirem a toda sorte de violências, foi criado o mito das mulheres negras fortes para o trabalho. Essa afirmação legitima o racismo existente no seio da sociedade brasileira, alimentado e construído diariamente na criminalização e segregação da população negra.

Devemos refletir sobre a realidade das mulheres negras, analisando o processo histórico de construção das mesmas que reservou para elas dentro do mercado de trabalho, as possibilidades menores até mesmo nos empregos com menor remuneração e tidos como de menor importância.

É preciso analisar o patriarcado branco existente no município de Cavalcante para compreender o processo que leva ao trabalho doméstico, será primeira área de atuação das mulheres negras. O trabalho subalterno faz parte da realidade da maioria

das mulheres negras, sendo que elas ainda ocupam os cargos considerados banais e com menor remuneração. O trabalho doméstico é a área de ocupação no qual as mulheres negras mais atuam, faz parte da realidade das trabalhadoras de Cavalcante que trabalham diariamente tendo apenas os domingos de folga, realizando todas as tarefas domésticas, por remuneração inferior ao salário mínimo. A exploração da necessidade dessas mulheres se assemelha com as mulheres do período pós – escravidão, sendo elas as mantenedoras dos familiares, foram exploradas nas casas das famílias brancas no trabalho doméstico.

Existem vários fatores que impossibilitam as jovens negras concluírem o ensino médio. Dentre eles está a gravidez na adolescência, sendo este um dos problemas que impede muitas meninas de continuarem nas escolas. Além disso, a concepção de filho precocemente é decisiva para elas abandonarem os estudos. Como a gravidez afeta as meninas com menor renda familiar, a necessidade que essas jovens têm em ingressar no mercado de trabalho é latente, pois as condições familiares demandam que elas também exerçam atividades remuneradas para contribuir com as despesas. E como é cultural, a responsabilidade do filho recai somente sobre as mães. Assim, elas dedicam seu tempo ao trabalho e aos cuidados com o filho, assumindo triplas jornadas diariamente. Quanto mais o tempo passa, mais difícil fica para o retorno aos estudos. Da maioria que interrompe os estudos, poucas retornam. Elas se deparam com a segregação da comunidade escolar, falta de apoio e motivação para continuarem, bem como o preconceito, racismo, machismo e o cansaço diário do trabalho; são barreiras que limitam as perspectivas de novos caminhos na vida escolar dessas mulheres.

3.2-Perspectiva e desafios; políticas afirmativas, Educação do Campo

Os avanços da população negra estão intimamente ligados às políticas públicas afirmativas, e as cotas é uma dessas que possibilitou que muitos tivessem acesso às universidades públicas e aos cargos efetivos. Instituir as cotas nas universidades para a população negra contribui para o avanço significativo ao combate do racismo no país. De acordo com a revista Veja,

Houve também um certo avanço contra o racismo brasileiro a partir do início 2000, quando as primeiras universidades instituíram o sistema de cotas para negros. Atualmente, pretos e pardos representam 27% das matrículas em curso superior. Pouco, é claro, mas antes das cotas

eram menos ainda, apenas 8%. O impulso contra a discriminação ganha com isso, na medida em que o ambiente acadêmico contribui para aprofundar a consciência do problema como um todo... (Edição 2557-ano 50-nº 47, 22 de novembro de 2017).

As cotas étnico-raciais para a entrada nas universidades públicas se fazem necessárias, pois na conjuntura em que se encontra a população negra, as cotas ainda são os caminhos que levam uma porcentagem de negros terem acesso ao ensino superior, e a superação da desigualdade racial que predomina no país, sendo que esse quadro amenizou com as políticas afirmativas, pois enquanto for negado ao povo negro educação de qualidade que lhes garantam as mesmas oportunidades que os grupos historicamente privilegiados da sociedade têm, não teremos um país democrático de direitos. As cotas devem ser vistas como políticas transitórias, pois quando o povo negro viver em sociedade em que os direitos são iguais para todos sem distinção racial e desigualdades, as cotas serão dispensáveis.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo que é ofertada pela Universidade de Brasília UnB, existente desde 2007 no campus de Planaltina-DF, e tem como objetivo formar professores para atuar no meio rural na construção de uma educação libertadora voltada para os sujeitos do campo é um exemplo a ser referenciado, pois é um divisor de águas para as mulheres negras do município e como também para as demais comunidades do território. A licenciatura em Educação do Campo democratizou a entrada de sujeitos do campo à educação superior sem ter que praticar êxodo rural.

Os desafios para essas mulheres egressas do curso de Licenciatura em Educação do Campo é também o mercado de trabalho que é bastante restrito, a falta de concursos para professores no meio rural e também o fechamento das escolas do campo, causam consequências como o desemprego desses profissionais, que tiveram acesso à formação superior, porém, não atuam nas áreas de formação.

Vale ressaltar que a Licenciatura em Educação do Campo para as mulheres negras oportunizou que elas tivessem contato com outra realidade e ressignificassem a sua inserção na sociedade. É visível como elas se empoderaram ao longo do processo de formação. Mesmo que não estejam atuando como professoras nas escolas das comunidades, mas temos exemplos de educadoras que se tornaram líderes comunitárias, presidentes de associações. São passos pequenos, mas bastante significativos, pois a partir da experiência com a Educação do Campo, foi possível romper paradigmas e

construir outros meios, nos quais as mulheres negras estão tendo voz nos debates para a construção de um novo projeto de sociedade, onde a equidade prevalece em etnia-racial, gênero, social, política e econômica.

No passado as mulheres negras no período pós-escravidão foram às mantenedoras das famílias por causa da segregação racial dos homens negros para ingressar no mercado de trabalho. Nesse sentido, a realidade das mulheres de Cavalcante quando vão para o mercado de trabalho para poder sustentar suas famílias, sendo a principal provedora da casa não se difere da vivência das mulheres negras do passado.

As desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras e pobres do município refletem na localização geográfica dos bairros. Percebe-se que essas mulheres ocupam os espaços de moradia menos assistidos pelo poder público do município, é visível que a população menos desfavorecida de poder aquisitivo se localiza no bairro Moro Encantado onde concentra um grande número de pessoas oriundas da zona rural e de baixa renda, sendo que é um dos bairros em que o sistema de energia e água é precário, com poucas ruas asfaltadas. Essa segregação geográfica existente no município retrata como a população negra e pobre são excluídas do centro de Cavalcante, essa exclusão é tanto geográfica como também política e social.

A organização geográfica dos municípios não diferenciada forma organizacional das habitações das grandes metrópoles do país. As populações que encontram nos grupos minoritários (negras e pobres) são excluídas dos centros urbanos, e vão construindo bairros nas extremidades das cidades. Esses espaços sempre são afastados dos órgãos públicos, com poucas estruturas físicas, sem saneamento básico, expostos as mazelas da sociedade sem qualquer medida que os garantam melhores qualidades de vida.

O atual modelo de como os pobres majoritariamente negros são forçados a viverem em locais isolados, é análogo ao passado da população negra do Brasil, pois ao longo da história, esses grupos foram empurrados para longe dos grupos dominantes, dos grandes centros urbanos. Nesse sentido, existem inúmeros bairros que se formaram por agrupamentos dessas minorias. Um exemplo claro de espaços que foram formados a partir das exclusões dos sujeitos são os quilombos e favelas, espaços esses que concentram os grupos excluídos da sociedade. O acesso que os grupos minoritários possuem nos grupos elitizados está relacionado ao ofício que eles realizam, ou seja, são os sujeitos que ocupam as profissões subalternizadas, nas funções de doméstica, gari,

segurança, faxineira, jardineiro, dentre outras ocupações banalizadas pelos grupos hegemônicos.

A origem do país colonialista e escravagista gerou acúmulos de desigualdades em todos os períodos históricos, que não permitem condições de avanços significativos dos grupos excluídos, que viveram vários períodos de submissão aos grupos dominantes. Nesse sentido, os grupos dominantes são detentores do poder em todas as suas esferas, durante todo ciclo da história do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe considerar que vivemos numa sociedade patriarcal, capitalista e racista, marcada pela desigualdade histórica, acerca da desigualdade racial, da desigualdade de gênero, ou seja, as minorias que são marginalizadas e excluídas pelo sistema capitalista ao longo do processo histórico da humanidade.

Esse trabalho faz uma abordagem acerca da influência do trabalho na escolaridade da mulher negra de Cavalcante Goiás, tendo como objetivo analisar como o trabalho é inserido na vida das mulheres negras, partido do pressuposto histórico até a condição atual de trabalho em que elas se encontram na sociedade diante da exclusão racial e social.

Para os devidos fins, trabalhamos com embasamentos teóricos, nos quais esses dados nos muniram de informações que permitiram reconhecer a origem histórica do trabalho e sua influência na formação escolar das mulheres negras. Isso é necessário para a própria compreensão das mulheres negras reconhecerem a desigualdade racial e social existente no mercado de trabalho, para combater essa desigualdade histórica. É visível o sofrimento das mulheres negras e pobres, que vivem à mercê das desigualdades, que se apresenta para as mesmas quando são delegado a elas os empregos de menos prestígio e baixa remuneração salarial. A desigualdade racial e social provém do processo histórico de formação do país que teve como base econômica a escravidão e exploração dos africanos, que após o fim do regime escravagista foram excluídos da sociedade, marginalizados e estereotipados pela supremacia branca eurocêntrica.

Esse trabalho buscou refletir acerca de como a ação de trabalhar está enraizada nas mulheres negras, e como a exploração da força de trabalho das mesmas ainda nesse tempo são exploradas no trabalho doméstico e em outras ocupações de menos prestígios pela sociedade.

A influência do trabalho precoce é determinante para desistência dessas mulheres do ambiente escolar, com isso causa uma grande lacuna da presença de mulheres negras nas universidades, em cargos de chefias, como também em diversos espaços que são ocupados apenas por pessoas brancas. Esse trabalho procura contribuir para o bem viver das mulheres negras e pobres, especificamente as mulheres do município de Cavalcante Goiás, que esses esforços possam somar para o surgimento de novos caminhos na desconstrução da inferioridade construída em cima da população negra ao longo do processo histórico do país.

REFERÊNCIAS

- A MULHER negra e o mercado de trabalho.** Portal CTB, 09 março 2017. Disponível em:<<https://portalctb.org.br/site/secretarias-da-ctb-nacional/igualdade-racial/a-mulher-negra-e-o-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 22 jun.2018.
- BENTO, Cida. **Permanência e mudanças: mulheres negras no trabalho.** #Carta ideias em tempo real. Publicado 18 março 2017. Disponível em:<[file:///C:/Users/Ariana/Favorites/Downloads/Permanência%20e%20mudanças %20mulheres%20negras%20no%20trabalho%20—%20CartaCapital.html](file:///C:/Users/Ariana/Favorites/Downloads/Permanência%20e%20mudanças%20mulheres%20negras%20no%20trabalho%20—%20CartaCapital.html)>Acesso em: 18 junho. 2018.
- BERINGHS, Paulo. **Lembranças Vagas.** O popular, Goiânia, 24 jan. 1988. Caderno 2, p.1.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K - Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. porto – Portugal. porto editora, 2010. BRITO, de Gonçalves Edinamar. **Estigmatização Linguística no Colégio Estadual Elias Jorge Cheim em Cavalcante- GO.** Planaltina-DF, 2013.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil.** 2011.
- Coor. VECCI, Andréa Aurora Guedes. Se liga no futuro.fev.2004.
- DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe.** 2013.
- GRACIA, Antonia dos Santos. **Mulheres Negras e o direito à cidade.** Relações raciais e de gênero: Questões Urbanas e Racismo. Edição bilíngue, 2012.p.134, 138.
- HOOKE, Bell. **Intelectuais negras.** Segundo semestre de1995.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo políticas arrebatadoras**.2018.

<https://noticias.bol.uol.com.br/ultimasnoticias/entretenimento/2018/07/31/brasil-e-o-2-pais-da-america-latina-com-menos-mulheres-liderando-empresas.htm>

<https://pt.scribd.com/document/349653018/Como-Fazer-Uma-Revisao-Bibliografica>>. acesso em:03 abril 2019.

<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>

<https://www.otempo.com.br/economia/ra%C3%A7a-influencia-remunera%C3%A7%C3%A3o-1.1577975>>. acesso em:03 abril 2019.

SANTOS, V. D.; CANDELORO, R. J. **Trabalhos Acadêmicos:** Uma orientação para a pesquisa e normas técnicas. Porto Alegre/RS: AGE Ltda, 2006. 149 p.

THEODORO, Helena. **Mito e Espiritualidade mulheres negras**. 1996.

VEJA, editora Abril. Edição 2557-ano 50-nº 47, 22 nov. 2017.

